

Intervenção do Presidente do Conselho Geral da AIP-CCI, Comendador Jorge Rocha de Matos, por ocasião do Seminário "A Importância da Internacionalização no Desenvolvimento da Base tecnológica e Industrial de Defesa Nacional", organizado pela AFCEA Portugal, o EuroDefense-Portugal e a AIP-CCI, com o apoio da Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa

Senhor Vice-Presidente da Direcção da AIP-CCI;

Senhor DG de Armamento e Infraestruturas de Defesa;

Senhor Presidente da EuroDefense-Portugal –

Dr Figueiredo Lopes;

Senhor Presidente da direcção da AFCEA –

Almirante Carlos Rodolfo;

Senhores Oficiais Gerais e outros representantes dos três ramos das Forças Armadas;

Senhor Professor Braga de Macedo representante pessoal do Senhor Primeiro Ministro no CEIE

Senhor Administrador da AICEP –

Engº Vital Morgado;

Senhores Empresários;

Minhas Senhoras e Meus Senhores

As minhas primeiras palavras são naturalmente de saudação a todos os participantes e felicitar os organizadores pela escolha do tema central que vai ser objeto de reflexão neste seminário “a importância da internacionalização no desenvolvimento da base tecnológica e industrial de defesa nacional”. Quero ainda agradecer o amável convite para partilhar convosco algumas ideias a propósito do “papel das associações empresariais na internacionalização” que considero ser inegável interesse e oportunidade.

Na verdade, o “**Papel das Associações Empresariais na Internacionalização**” exprime-se a diferentes níveis, de que destaco:

Desde logo, na própria “**estratégia de internacionalização**”. E, a este propósito, relevo o contributo que a AIP-CCI tem vindo a dar, com particular ênfase ao longo da última década,

Intervenção do Presidente do Conselho Geral da AIP-CCI, Comendador Jorge Rocha de Matos, dor ocasião do Seminário "A Importância da Internacionalização no Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Nacional", Organizado pela AFCEA Portugal, o Eurodefense-Portugal e a AIP-CCI, com o Apoio da Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa,

propondo o reforço da visão euro-atlântica na nossa ação externa, o que significa assumir claramente que a União Europeia é a nossa âncora mas que nesta, o nosso papel sai tanto mais reforçado quando maior for a nossa capacidade de afirmação noutras geografias, muito particularmente relacionadas com a nossa vertente atlântica, em que a nível de mercados relevam os países da CPLP, entendidos não só pela valia de cada um dos diferentes mercados que dela fazem parte, mas também como porta de entrada para as diferentes regiões económicas que todos estes países da CPLP integram. Esta é seguramente a melhor via para potenciar o **valor económico da língua portuguesa**.

É, pois, necessário assumir claramente que a diversificação das nossas exportações deve constituir um importante vetor desta estratégia, na medida em que a excessiva concentração das exportações na UE, em cerca de 75%, pode constituir um elemento de vulnerabilidade, dada a circunstância de se tratar de uma das regiões do mundo que menos cresce atualmente. E, em abono da verdade, deve ser reconhecido o mérito das empresas portuguesas que, nesta conjuntura adversa têm sabido trilhar este caminho da diversificação para novas geografias.

Em segundo lugar, cabe às associações empresariais exercerem uma **ação mobilizadora**, que se expressa nomeadamente na necessidade de trazer para o terreno da internacionalização uma faixa das PME, bastante superior à atual. Face às características do nosso tecido empresarial, assente nas PME, isso exige o redimensionamento empresarial, por via de políticas e de estratégias colaborativas inteligentes, incluindo as fusões e aquisições e naturalmente um incentivo por parte das políticas públicas.

Em terceiro lugar, as associações empresariais devem ter **capacidade de proposta e de desenvolvimento de novas iniciativas**. A este propósito, permitam-me que releve as **plataformas empresariais**, enquanto polos estruturantes da interação com os mercados da CPLP e das regiões económicas envolventes, mas também com alguns mercados da Ibero América.

Em quarto lugar, as associações empresariais devem ser portadoras de uma **cultura de modernidade, de inovação e de competitividade**, que tem várias declinações:

- a) Na assunção de que o **crescimento e a competitividade** tem que ser o principal foco da política económica. Isso significa também que é necessário reconhecer que não poderemos equacionar o nosso futuro como uma mera projeção do passado, fazendo mais do mesmo, obrigando a repensar a cadeia de valor da nossa economia e as vantagens competitivas na senda do acesso aos mercados;
- b) A sustentabilidade e a competitividade têm implícita uma questão cultural e política de base. O problema está, pois, na dificuldade em forjar um compromisso estratégico em torno de uma **hélice tripla: governo** (o Estado e as suas instituições); **indústria** (em sentido amplo, isto é todos os sectores da economia); e, a **universidade** (os centros de saber, particularmente as instituições de educação, ciência e tecnologia). E, na verdade, a riqueza e as vantagens competitivas das Nações, na nova era global, assentam cada vez mais na inteligência económica e estratégica decorrente da dinâmica desta hélice tripla, permitindo valorizar os ativos de base e estratégicos, assim como a informação atinente aos mercados, as parcerias, as redes de conhecimento, os mecanismos de influência, em particular a diplomacia económica, para melhor agir em mercados cada vez mais hipercompetitivos.
- c) A **valorização competitiva do território**, nomeadamente reforçando a sua conectividade internacional, conferindo-lhe funcionalidades logísticas relevantes, reforçando o papel do nosso sistema de portos, o que é tanto mais necessário e oportuno quando é sabido que o alargamento do canal do Panamá em 2014 se vai traduzir num importante quadro de oportunidades para Portugal, dando ainda mais força a visão euro-atlântica que temos vindo a defender.
- d) A importância de uma política inteligente de clusters e de polos de competitividade, sem dúvida de grande importância quer do ponto de vista da inovação quer em relação à própria atração do investimento direto estrangeiro (IDE), uma componente indispensável ao nosso crescimento. Permitam-me aliás que enquadre o tema central que aqui estamos hoje a debater neste ponto. Na verdade, está a emergir em Portugal um importante *cluster* que tem como fio condutor o aeroespacial, a defesa e a segurança, mobilizando um número significativo e crescente de empresas de elevado perfil tecnológico e dispendo de importantes capacidades de inovação, trabalhando para clientes nacionais e internacionais, com altos níveis de exigência.

Na vertente da defesa estão em curso importantes desenvolvimentos nalgumas empresas nacionais do sector, a par de um conjunto de empresas que vêm ganhando relevância internacional, particularmente por via da produção e fornecimento de tecnologias e soluções de duplo uso, a que acresce o facto de este núcleo de empresas na sua atividade protagonizar importantes articulações com as universidades e outros centros de saber. Sem dúvida que o reforço da internacionalização e o acesso aos mercados deste *cluster* emergente na economia portuguesa, passa pelo desenvolvimento de estratégias colaborativas entre as empresas que atuam no sector e, de igual modo, por parte das estruturas associativas de referência que trabalham no sector, (AIP-CCI, EURODEFENSE, AFCEA, **DANOTEC, PEMAS, PROESPAÇO, ...**);

Em síntese, para que Portugal possa fazer desta crise uma oportunidade para implementar as transformações estruturais de que carece, e voltar a crescer em novos moldes tem que organizar, uma "**campanha coletiva à globalização**", o que traduz uma mudança cultural de elevado alcance. Não pode crescer mantendo o seu foco exclusivamente no que já exporta a partir de Portugal nem manter uma fixação absoluta na Europa, fazendo mais do mesmo. A presença atual de Portugal nos mercados internacionais é muito vulnerável à concorrência das grandes economias emergentes e a cada vez maior número de economias em desenvolvimento. Por isso tem que **diversificar, inovar e subir na cadeia de valor para poder exportar de forma sustentável, assumindo claramente a internacionalização como uma dimensão ativa da sua estratégia, quebrando definitivamente a visão retangular do país que alguns ainda acalentam, tanto mais que a própria defesa do mercado doméstico e da economia de proximidade, só é possível em bases de competitividade**. Devo dizer que tem sido esta a postura da AIP-CCI no Conselho Estratégico de Internacionalização Empresarial, presidido pelo Primeiro Ministro, e que tenho o privilégio de integrar, conjuntamente com o meu colega Presidente da Direção da AIP-CCI, Dr José Eduardo Carvalho.

Em conclusão: as Associações Empresariais, ouvidos os seus associados, devem propor:

- e) grandes orientações estratégicas aos restantes parceiros;

- f) participar e coordenar as ações de formação dos ativos humanos e o envolvimento das estruturas de ID&D em programas que contribuam para melhorar a competitividade das empresas e a cadeia de valor da economia em geral;
- g) Propôr a quem de direito, a irradicação da burocracia com redução drástica dos custos de contexto;
- h) Implementar as ações conjuntas com os poderes públicos que mobilizem os mais jovens para ações de empreendedorismo;
- i) Propôr ao Governo e à oposição programas de incentivo fiscal e financeiro que contribuam para incentivar o desenvolvimento e a competitividade empresarial;
- j) Disponibilizar informação e organizar missões empresariais para mercados diversos no quadro da estratégia definida;
- k) Organizar mostras feriais, quer no mercado interno, quer nos mercados externos de referência;

Enfim, contribuir de forma ativa, para o crescimento das empresas e da Economia em geral, ajudando a mobilizar o País para um desígnio nacional que consiste no incremento da carteira de atividades transacionáveis, na internacionalização e na melhoria do emprego qualificado.

Termino, desejando-vos um trabalho profícuo.

Jorge Rocha de Matos

2013.01.25